



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

**GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO**

**INTERVENÇÃO**  
**DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO**  
**KAY RALA XANANA GUSMÃO**  
**POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DO**  
**WORKSHOP**  
**“PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DE GOVERNAÇÃO**  
**DEMOCRÁTICA”**

11 de Abril de 2008

UNMIT Obrigado Barracks

Excelências

Senhoras e Senhores,

A construção de um Estado de Direito Democrático é uma tarefa exigente e para a qual não existe uma receita instantânea de “melhores práticas democráticas” que coloque Timor-Leste, em meia dúzia de anos, no palco exemplar de exercício democrático.

Sabemos todos que Timor-Leste é um País jovem, em todos os aspectos, incluindo o processo de democratização das ideias, dos comportamentos e atitudes e que para fomentar a confiança na Democracia é necessário a participação de todos os cidadãos neste processo.

Uma sociedade culturalmente democrática é aquela que promove discussões, é aquela que facilita o diálogo para a solução dos problemas, fomenta o sentido de união em objectivos maiores, objectivos estes que representam os interesses de todo o colectivo.

É neste sentido que considero de importância fundamental a realização deste *workshop* - contando mais uma vez com o apoio das Nações Unidas, que tem prestado uma assistência inestimável à construção do nosso Estado de Direito Democrático - para que possamos debater abertamente o que é a democracia. O que é uma cultura de governação democrática? O que podemos fazer enquanto autoridades timorenses responsáveis para cuidar do nosso processo democrático?

Timor-Leste deu-nos um exemplo de grande maturidade democrática quando no mais improvável dos contextos - após a crise que abalou profundamente as forças de segurança e de defesa, criou prejuízos humanos e materiais tremendos e deslocou milhares de pessoas das suas residências - o Povo apresentou a sua vontade nas urnas e através do método proporcional (decidido nos debates da Assembleia Constituinte em 2002) elegeu para o Parlamento Nacional os seus representantes.

O Povo confiou na democracia e espera agora uma representação politicamente eficaz. Espera que a “democracia” seja sinónimo de bom governo ou justiça política em geral. Para isto, um bom governo tem que ser democrático, tanto no sentido institucional como social, mas deve também incluir as liberdades individuais, os direitos humanos, o progresso

económico e a justiça social – que é bem mais do que apenas a igualdade de direitos políticos.

Neste contexto, consolidar a governação democrática é crucial para o futuro de Timor-Leste, porque a democracia é o alicerce de um governo estável e transparente e apesar de importantes marcos já terem sido alcançados neste sentido, ainda muito mais há a fazer.

Uma governação eficaz é essencial para reforçar a confiança do Povo no Governo. Por outro lado, este voto de confiança estimula o Governo a ser mais eficiente e atento às necessidades do povo.

Este *workshop* é um primeiro passo importante de diálogo para compreendermos as áreas críticas, onde podemos trabalhar juntos, para firmar uma cultura de governação democrática em Timor-Leste. Este diálogo é entre os representantes do Estado e os representantes da Sociedade Civil. É entre as instituições do Estado, as organizações não governamentais, os partidos políticos, os órgãos de comunicação social, o sector privado, as agências das Nações Unidas e outras Instituições para o desenvolvimento.

Considero que, embora seja importante que actores nacionais e internacionais trabalhem em conjunto, torna-se cada vez mais crucial que este diálogo seja liderado pelos timorenses, porque estes são os primeiros e últimos beneficiários dos resultados alcançados. Só como protagonistas deste processo, podemos todos concordar nos passos a serem dados para promover uma cultura de governação democrática.

Reparo com satisfação que na preparação deste *workshop* já foram alcançados alguns progressos, nomeadamente na identificação dos principais aspectos da governação democrática:

- A separação de poderes e o sistema de garantias e equilíbrios, de acordo com a Constituição;
- Direitos Humanos, Justiça e Estado de Direito;
- Reforma do Sector Público;
- Participação Política

Considero estas áreas como um bom ponto de partida para iniciar a discussão sobre governação democrática, porque permitem uma compreensão abrangente sobre o tema.

A implementação de reformas que fortaleçam a governação democrática deve ser vista como fundamental para o desempenho do Governo, o que implica que as estruturas governamentais e os quadros institucionais têm que estar solidamente estabelecidos para permitir a prestação de serviços, eficientes, à população. A boa governação não deverá ser vista como um obstáculo para um Governo eficaz, mas antes como factor primordial para que este o seja.

Lanço o repto para que durante as discussões de hoje se reflecta sobre os princípios básicos para a boa governação: Responsabilidade; Transparência; Abertura; Integridade; e Liderança - estes são os princípios orientadores deste Governo, para a tomada de decisões na área de governação do sector público.

Peço-lhes, ainda, que considerem as seguintes questões:

- 1) Que reformas no quadro institucional, de sistemas e processos, poderão consolidar a governação democrática?
- 2) E não menos importante, que mudanças podem ser efectuadas para promover a adopção de valores comuns e de uma cultura de democracia?

Isto porque governar em democracia não é só uma questão de normas e sistemas de governação instituídos e reguladores, é também uma questão de princípios, de valores, de cultura! Todos estes elementos são necessários para que exista uma verdadeira governação democrática. As normas são um conjunto de palavras vazias, se não existir um enquadramento cultural e de valores colectivo.

Da análise dos quatro pilares do Estado, identificados como áreas chave num Estado de Direito, como poderemos melhorar as garantias e equilíbrios entre a Presidência da República, o Parlamento Nacional, o Executivo e os Tribunais?

Porque apesar da separação de poderes, constitucionalmente prevista, todos estes órgãos do Estado têm que operar de forma a contribuir para uma boa governação, dentro dos parâmetros democráticos previstos, mas promovendo a salutar cooperação institucional.

A protecção dos Direitos Humanos, da Justiça e do Estado de Direito também foram áreas identificadas como essenciais para uma cultura de governação democrática. Uma das primeiras obrigações do Estado é garantir a segurança e estabilidade das populações e, neste sentido, deparamo-nos com imensos desafios.

Este Governo entende que a melhoria do sistema judiciário de Timor-Leste, faz parte de um processo mais amplo da reforma do Estado e de desenvolvimento económico e social. Justiça que não é célere, eficaz e universal, contribui para um clima de impunidade, enfraquecendo a autoridade democrática do Estado.

Noto, com satisfação, que a Reforma do Sector Público também foi identificado com um dos aspectos-chave para uma boa governação. Como sabem, no ano passado, anunciei que o ano de 2008 é o ano da Reforma Administrativa. O Governo está determinado em criar uma função pública eficiente, independente e livre de corrupção – uma função pública que nutra uma cultura de governação democrática.

As três reformas principais que contribuirão para este objectivo são:

### **A Comissão da Função Pública**

Em Março deste ano o Governo estabeleceu um “Grupo de Trabalho” para a definição do âmbito e enquadramento desta Comissão. Este Grupo tem vindo a efectuar consultas alargadas, com muitos de vós, ou com os vossos representantes, e já finalizou a primeira fase deste trabalho que se consubstancia, para já, numa proposta a ser apresentada em Conselho de Ministros.

A Comissão da Função Pública tem como objectivo fomentar os seguintes 5 princípios fundamentais de boa governação:

- 1) O recrutamento, nomeação e promoção dos funcionários públicos com base no mérito e imparcialidade, para garantir uma Função Pública com um alto padrão de integridade e profissionalismo;
- 2) Uma Função Pública capaz de prestar serviços de qualidade ao Governo e à população em geral;
- 3) Uma Função Pública eficiente e efectiva;
- 4) Uma Função Pública em que os seus funcionários são tratados de forma justa e razoável; e
- 5) Uma liderança forte e transversal na Função Pública;

### **A Comissão Anti-Corrupção**

Este Governo está empenhado em minimizar o risco de corrupção no nosso País. Para reforçar estes esforços, iremos criar a Comissão Anti-Corrupção, que prevê a criação de mecanismos concretos e coercivos para um eficaz combate à corrupção.

Esta Comissão contribuirá para a consciencialização da Função Pública e da Sociedade Civil sobre a conduta correcta do Governo. Para além de uma forte vontade política, esta iniciativa irá necessitar do apoio da Sociedade Civil e de muita participação pública. Um grupo interministerial está já a explorar as várias opções para o estabelecimento desta Comissão, sendo que estas opções serão submetidas a uma consulta alargada.

### **O Gabinete do Inspector-Geral**

Outra reforma incontornável é o impulso significativo que será dado ao Gabinete do Inspector-Geral, para que este se torne o órgão responsável pela realização de auditorias independentes aos departamentos e agências do Governo.

A ausência de um auditor independente do Governo é uma grave falha num sistema de governação democrática e que terá que ser rapidamente corrigida. Um auditor independente, que reporte ao Parlamento Nacional, irá assegurar a transparência, a responsabilização e a eficiência na gestão das finanças públicas.

Mais detalhes sobre o desenvolvimento destas iniciativas irão ser anunciados pelo Governo na Conferência sobre o Ano da Reforma Administrativa, que terá lugar no início do próximo mês de Maio. Convido desde já, todos vós, a participarem nesta Conferência, pois será mais uma oportunidade de continuar o trabalho conjunto que hoje iniciámos, de consolidação de uma cultura de boa governação.

Para benefício do povo de Timor-Leste, espero que o diálogo hoje encetado contribua para reforçar os progressos democráticos já alcançados.

Asseguro-vos que o Governo está verdadeiramente interessado nas reflexões que hoje serão aqui apresentadas, pois está empenhado em promover a boa governação e em cuidar do processo democrático no nosso País.

Muito obrigado!

Kay Rala Xanana Gusmão

11 de Abril de 2008